

EDITAL SISTEMATIZADO – MP-PB – 2018**DIREITO CONSTITUCIONAL**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
Ponto 01: O Direito Constitucional. A Constituição: Conceitos, Objeto e Elementos.				
Poder Constituinte: Origens, Conceitos, Espécies.				
Revisão e Reforma da Constituição.				
Princípios fundamentais do Estado de Direito: Princípio Republicano, do Estado de Direito Democrático, da Dignidade da Pessoa Humana, da Divisão dos Poderes, do Pluralismo Político, da Isonomia e da Legalidade.				
Direitos Políticos e Partidos Políticos. Elegibilidade e inelegibilidades. 1.5.1 Perda e suspensão dos direitos políticos.				
A Constituição do Estado da Paraíba.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 02: O Controle de Constitucionalidade: Origens, Fundamentos, Espécies.				
O Processo de Controle de Normas: Natureza, Espécies, Legitimação e Participação, Procedimentos, a Decisão e seus efeitos.				
Classificação das Constituições.				
Supremacia e força normativa da Constituição.				
Comissão Parlamentar de Inquérito.				
Mandado de Injunção.				

Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 03:				
A Teoria das Normas Constitucionais: Normatividade Constitucional, Classificações, Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais.				
A Hermenêutica Constitucional.				
Nacionalidade.				
Comunicação Social.				
Habeas Corpus.				
Mandado de Segurança.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 04:				
A Teoria dos Direitos Fundamentais.				
A Interpretação dos Direitos Fundamentais.				
Funções, Limites e Restrições aos Direitos Fundamentais.				
Dimensões Subjetiva e Objetiva dos Direitos Fundamentais.				
Titularidade dos Direitos Fundamentais.				
O Estado Federal: Composição e Formação de seus Entes.				
Garantias constitucionais processuais.				
Da Segurança Pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 05:				

O Estado: Origem, Estrutura, Formas e Sistemas de Governo, Formas de Estado.				
A República.				
Direitos, Deveres e Garantias Fundamentais Individuais e Coletivos na Constituição Brasileira.				
Ação Popular.				
Ação Civil Pública.				
A Organização Político-administrativa do Estado Brasileiro.				
Autonomia dos Entes Federados e Intervenção.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 06: A Organização dos Poderes. O Poder Legislativo: Funções, Atribuições, Imunidades e Prerrogativas de seus Membros. Distribuição Constitucional do Exercício da Jurisdição. Orçamento e Fiscalização Financeira e Orçamentária. O Poder Executivo: Funções, Estrutura. Atribuições do Presidente da República. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.				
Habeas Data.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 07: A Função Jurisdicional e o Poder Judiciário: Organização e Estrutura, Funções, Princípios, Garantias e Vedações, Direitos, Deveres e Responsabilidade dos Juízes.				
Processo Legislativo. Espécies normativas.				
Organização Judiciária do Estado da Paraíba (Constituição do Estado da Paraíba, de 1989).				

Repartição Constitucional de Competências: Natureza e Competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 08: Funções Essenciais à Justiça. Do Ministério Público: Organização, Princípios, Funções, Garantias, Vedações. Conselho Nacional do Ministério Público. As Leis Orgânicas do Ministério Público: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/93), Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar Federal n.º 75/93), Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Paraíba. A Advocacia e a Defensoria Pública. Jurisdição constitucional.				
Meio Ambiente.				
Família.				
Responsabilidade do Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Governadores e Secretários dos Estados.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 09: A Administração Pública: Princípios, Licitação e Contratações Públicas, Concurso Público, Servidores Públicos Civis e Militares.				
Improbidade Administrativa.				
Responsabilidade Civil Objetiva do Poder Público.				
A Ordem Econômica e Financeira: Princípios Gerais da Atividade Econômica, Política Urbana, Política Agrícola e Fundiária, Reforma Agrária e Sistema Financeiro Nacional.				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 10: A Ordem Social.				

Seguridade Social: Saúde, Previdência e Assistência Social. Direitos Fundamentais Sociais. Educação, Cultura e Desporto. Ciência e Tecnologia. Criança. Adolescente e Idoso. A Defesa pelo Ministério Público dos Direitos Indisponíveis, Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos.				
Disposições Constitucionais Gerais.				
Súmulas Vinculantes.				
Constituição transversal.				
O processo de reclamação (Regimento Interno do STF).				
Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.				
Bibliografia adotada: BULOS, Uadi Lammêgo, Curso de Direito Constitucional, 11 ^a ed., São Paulo: Malheiros, 2018. BONAVIDES, Paulo, Teoria Geral do Estado, 11 ^a ed., S. Paulo: Malheiros, 2018. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional, 34 ^a ed., São Paulo: GenAtlas, 2018. SARLET, Ingo W. A Eficácia dos Direitos Fundamentais, 13 ^a ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, 41 ^a ed., São Paulo: Malheiros, 2018.				

DIREITO PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
Ponto 1: Direitos humanos: direitos e garantias individuais fundamentais na persecução penal. Dignidade da pessoa humana.				

Princípios da exclusiva proteção de bens jurídicos, da intervenção mínima e da fragmentariedade. Princípios da materialização do fato e da ofensividade do fato.				
Dos crimes contra a vida, da periclitação da vida e da saúde e da rixa: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Crime de abuso de autoridade (Lei 4.898/65).				
Crime de tortura (9.455/97).				
Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei na 9.459/97).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 2: Princípios da responsabilidade pessoal, da responsabilidade subjetiva, da culpabilidade e da igualdade. Princípios da proibição da pena indigna, da humanidade e da proporcionalidade. Princípios da adequação social, da insignificância, do ne bis in idem e da segurança jurídica.				
Garantismo penal; Controle social, sistema penal e direito penal.				
Conceito, missão, limites e fontes do direito penal.				
Teorias da pena.				
Das lesões corporais, dos crimes contra a honra e contra a liberdade individual: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Dos crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).				
Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).				

Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 3: Teoria geral do direito penal: disposições gerais.				
Princípio da legalidade ou da reserva legal.				
Teoria da lei penal: interpretação, integração e aplicação.				
Norma penal: conceito, teoria e classificação.				
Conflito aparente de leis penais. Eficácia temporal e espacial da lei penal. Eficácia pessoal da lei penal.				
Contagem do prazo penal.				
Dos crimes contra o patrimônio: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária				
Crimes Hediondos (Leis n°s 8.072/90, 8.930/94 e 11.464/07).				
Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n° 8.069/90).				
Dos crimes contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei n° 7.853/89).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 4: Teoria do delito: conceito e elementos do delito, necessidade, importância e utilidade da teoria do delito.				
Evolução da teoria do delito: causalismo, finalismo e funcionalismo.				
Teoria constitucionalista do delito.				
Bem jurídico-penal: conceito e delimitação.				

Responsabilidade penal da pessoa jurídica.				
Direito penal mínimo, Direito penal simbólico e Direito penal do inimigo.				
Dos crimes contra a propriedade imaterial, contra a organização do trabalho, contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária				
Crimes contra a economia popular (Lei nº 1.521/51).				
Crimes contra a ordem tributária e as relações de consumo (Leis nºs 8.137/90, 8.176/91 e 9.080/95).				
Crimes contra a ordem econômica definidos na Lei nº 8.176/91.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 5: Teoria do delito: fato típico. Conceito e Conduta. Ação e omissão. Resultado. Nexo causal. Tipicidade formal e material. Imputação objetiva. Tipicidade conglobante.				
Teoria do dolo.				
Teoria da culpa (em sentido estrito).				
Crime preterdoloso.				
Crime consumado e tentativa.				
Desistência voluntária, arrependimento eficaz e arrependimento posterior.				

Crime impossível.				
Crimes de perigo.				
Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.695/98).				
Delito cumulativo.				
Dos crimes contra a dignidade sexual: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Crimes de Entorpecentes (Lei nº 11.343/06).				
Prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas (Lei nº 12.850/13).				
Crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
<p>Ponto 6:</p> <p>Teoria do delito: antijuridicidade.</p> <p>Conceito.</p> <p>Estado de necessidade.</p> <p>Legítima defesa.</p> <p>Estrito cumprimento do dever legal.</p> <p>Exercício regular de direito.</p> <p>Excesso nas justificativas.</p> <p>Causas supralegais de exclusão.</p>				
Dos crimes praticados contra a Administração Pública: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores (Decreto-Lei nº 201/67).				
Crimes de Responsabilidade do Presidente da República, Ministros de Estado, Governadores e Secretários de Estado (Lei nº 1.079/50).				

Crimes praticados em detrimento do procedimento licitatório (Lei nº 8.666/93).				
Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/00).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 7: Teoria do delito: culpabilidade: conceito e evolução histórica. Imputabilidade. Potencial consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Causas de exclusão ou dirimentes. Co-culpabilidade.				
Dos crimes contra a paz pública e contra a fé pública: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária				
Crimes previstos na Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).				
Crimes previstos na Lei nº 9.263/96 (Planejamento Familiar).				
Dos crimes previstos na Lei nº 11.101/05 (Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência).				
Crimes previstos na Lei nº 6.766/79 (Parcelamento do Solo Urbano).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 08: Ciências conjuntas do Direito penal.				
Dogmática jurídico-penal: teorias contemporâneas.				
Criminologia: paradigmas etiológico e da reação social, do conflito e do consenso. Teorias criminológicas contemporâneas. Políticas criminais e políticas de segurança pública: tendências contemporâneas.				

Discricionariedade e seletividade das agências penais do sistema de justiça e de segurança pública.				
Ação Penal: conceito, fundamentos, condições, espécies e princípios.				
Direito penal consensual: o modelo consensual brasileiro de Justiça Criminal.				
Princípios fundamentais do modelo consensual.				
Direitos da vítima de crime.				
Medidas despenalizadoras: espécies, requisitos legais e consequências jurídicas.				
Função ressocializadora da pena.				
Dos crimes contra a administração da Justiça e contra as finanças públicas: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Direito Penal Militar.				
Crimes Eleitorais.				
Aspectos penais da Lei nº 9.296/96 (interceptação telefônica).				
Crimes previstos na Lei nº 9.609/98 (proteção a programas de computadores).				
Crimes previstos na Lei nº 9.613/98 (Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 9: Teoria do delito: concurso de pessoas e teoria do erro.				
Autoria, coautoría e participação. Autoria mediata. Autoria incerta.				
Concurso de pessoas e crimes por omissão.				

Coautoria em crime culposos.				
Erro sobre elementos do tipo.				
Erro sobre a ilicitude do fato.				
Descriminantes putativas.				
Erro sobre a pessoa.				
Erro determinado por terceiro.				
Erro na execução.				
Resultado diverso do pretendido.				
Dos crimes contra a família: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Aspectos penais da Lei nº 11.340/06 (violência doméstica e familiar contra mulheres).				
Crimes contra a segurança no trânsito (Leis nºs 9.503/97 e 11.705/08).				
Aspectos penais da Lei nº 9.807/99 (proteção a testemunhas).				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 10: Teoria das consequências jurídico-penais do delito: penas e medidas de segurança.				
Cominação, aplicação e individualização das penas				
Penas privativas de liberdade.				
Restritivas de direitos.				

Multa.				
Concurso de crimes.				
Regime progressivo e regressivo de cumprimento da pena privativa de liberdade.				
Suspensão condicional da pena.				
Livramento condicional.				
Efeitos da condenação.				
Extinção da punibilidade.				
Medidas de segurança.				
Dos crimes contra a incolumidade pública: objetividade jurídica, sujeitos do delito, tipo objetivo, tipo subjetivo, consumação, tentativa e classificação doutrinária.				
Crimes previstos na Lei n° 9.677/98 (crimes contra saúde pública).				
Lei n° 11.105/05 (biossegurança).				
Aspectos penais dos seguintes textos normativos: Constituição da república federativa do Brasil; Leis 7210/1984; 7716/1989; 9099/1995; 10671/2003; 12984/2014; 13260/2016; 13344/2016; 13497/2017; 13546/2017.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				

Bibliografia adotada:				
BITTENCOURT, Cezar Robert, Tratado de Direito Penal, parte geral, Vol. 1, 24 ^a . Ed., São Paulo: Saraiva, 2018.				
BRASILEIRO, Renato, Legislação Criminal Especial Comentada – Volume Único, 6 ^a edição – revista, ampliada e atualizada, Salvador: JusPODIVM, 2018.				
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Editora Impetus. Vol. I, 20 ^a edição, 2018; Vol. II, 15 ^a edição, 2018; Vol. III, 15 ^a edição, 2018; Vol. IV, 11 ^a edição, 2015.				
NEVES, Cícero Robson Coimbra et STREINFINGER. Manual de Direito Penal Militar, 4 ^a . Ed., S. Paulo: Saraiva, 2014.				
PRADO, Luiz Régis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Vol. I, 15 ^o edição, 2017. Vol. II, 15 ^a edição, 2017; Vol. III, 9 ^a edição, 2013. São Paulo: editora RT.				
QUEIROZ, Paulo. Curso de Direito Penal – Parte geral, 12 ^a . Edição, Salvador: JusPODIVM ed., 2016.				
SCHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. 6 ^a . Ed. revista e atualizada, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.				

DIREITO PROCESSUAL PENAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Ponto 01: Princípios aplicáveis ao direito processual penal.				
Interpretação, aplicação e eficácia da lei processual penal.				
Persecução criminal extrajudicial: o inquérito policial, o Ministério Público e a polícia judiciária.				
Acordo de não persecução penal.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				

Ponto 02:				
Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais.				
Ação penal de iniciativa pública: Titularidade.				
Condições de procedibilidade.				
Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição.				
Ação penal de iniciativa privada: Titularidade.				
Queixa.				
Renúncia.				
Perdão.				
Perempção				
Extinção da punibilidade.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Ponto 03:				
Ação civil ex delicto. Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência. Das questões e processos incidentes. Das incompatibilidades e impedimentos. Da restituição das coisas apreendidas. Das medidas assecuratórias. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Jurisdição e competência. Critérios de determinação e modificação de competência. Incompetência. Conexão e continência.				
Das questões e processos incidentes.				

Das incompatibilidades e impedimentos.				
Da restituição das coisas apreendidas.				
Das medidas assecuratórias.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Ponto 04: Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, espécies, ônus, procedimento probatório, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação.				
Sujeitos processuais: do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça.				
Vítima no processo penal.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Ponto 05: Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.				
Da prisão em flagrante.				
Da prisão preventiva.				
Da prisão preventiva.				
Da prisão domiciliar.				
Das outras medidas cautelares.				
Da liberdade provisória, com ou sem fiança.				
Da prisão temporária.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				

Ponto 06:				
Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais.				
Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros.				
Dos prazos: características, princípios e contagem.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Ponto 07:				
Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Formas procedimentais. Procedimento comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Juizados Especiais Criminais. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Procedimentos especiais, inclusive de leis especiais.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
Ponto 08:				
Da sentença: Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos.				
Efeitos civis da sentença penal.				
Da coisa julgada penal.				
Inimputabilidade e processo penal.				
Das nulidades.				

Correição parcial.				
Revisão Criminal.				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
<p>Ponto 09:</p> <p>Dos recursos em geral: princípios, modalidades, recursos em espécie e fungibilidade.</p> <p>Recursos especial e extraordinário.</p> <p>Das ações de impugnação.</p> <p>Do habeas corpus.</p> <p>Do mandado de segurança.</p> <p>Das exceções.</p> <p>Do desaforamento.</p>				
Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.				
<p>Ponto 10:</p> <p>Aspectos processuais das seguintes leis e especiais:</p> <p>Lei nº 8.069/90;</p> <p>Lei nº 9.099/95;</p> <p>Lei 11.340/06;</p> <p>Lei nº 11.343/06;</p> <p>Lei nº 4.898/65;</p> <p>Lei nº 9.503/97;</p> <p>Lei nº 8.072/90;</p> <p>Lei nº 9.455/97;</p> <p>Lei nº 7.960/89;</p> <p>Lei nº 9.807/99;</p> <p>Lei nº 9.613/98;</p> <p>Lei nº 9.605/98;</p> <p>Lei nº 9.296/96;</p> <p>Lei nº 10.741/03;</p> <p>Lei nº 12.850/13;</p>				

<p>Lei nº 8.038/90; Lei nº 12.037/09; Lei de Execução Penal n.º 7.210/84 e alterações posteriores.</p>				
<p>Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.</p>				
<p>Bibliografia adotada: LIMA, Renato Brasileiro de, Manual de Processo Penal: Volume Único – 6ª Ed. rev., ampl. e atual. – Salvador: Editora Jus Podivm, 2018. MARCÃO, Renato Flávio, Curso de Execução Penal, 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. NUCCI, Guilherme de Souza, Código de Processo Penal Comentado – 17ª Ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018. DEZEM, Guilherme Madeiro, Curso de Processo Penal, 4ª Ed., - Editora Revista dos Tribunais, 2018. LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal - 15ª Ed. - Editora Saraiva, 2018.</p>				

DIREITO CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
<p>Ponto 01: As fontes do direito. A norma jurídica. Estrutura, características e classificação das normas. Interpretação e integração das normas. Eficácia da norma. Lei, doutrina, súmula vinculante, jurisprudência, costume.</p>				
<p>Obrigação: conceito e natureza jurídica. Estrutura da obrigação. Características e elementos. Fontes das obrigações. Classificação das obrigações. Obrigação de dar, de fazer, de não fazer, facultativas e alternativas.</p>				
<p>Teoria geral dos contratos. Evolução.</p>				

Elementos dos contratos. Classificação dos contratos. Compromisso irretratável de compra e venda.				
A família no novo Código Civil. Direito pessoal.				
Casamento: noções gerais. Conceito. Natureza jurídica. Características. Finalidades. Princípios. Esponsais.				
Da sucessão geral. Abertura da sucessão. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Herança jacente. Da petição de herança.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 02: Aplicação da lei no tempo e no espaço.				
Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei nº 4.657/1942).				
Disposições finais e transitórias do novo Código Civil.				
A relação jurídica.				
O direito subjetivo.				
Obrigação natural. Obrigação propter rem. Obrigação solidária e obrigação indivisível.				

Efeitos do contrato. Compra e venda. Contrato estimatório.				
Propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Usucapião.				
Casamento. Formalidades preliminares. Habilitação. Requisitos e pressupostos matrimoniais. Procedimento. Impedimentos matrimoniais. Oposição dos impedimentos. Sucessão legítima. Sucessão dos descendentes, ascendentes, cônjuge, companheiro e colaterais.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 03: Pessoa natural. Capacidade, legitimação e estado. Incapacidade absoluta e relativa.				
Direitos da personalidade.				
Domicílio.				
Extinção das obrigações.				
Pagamento. Modalidades do pagamento. Pagamento indevido. Enriquecimento sem causa. Pagamento por consignação. Pagamento por consignação bancária. Pagamento por sub-rogação.				

<p>Imputação em pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão. Doação. Empreitada e prestação de serviços.</p>				
<p>Da promessa de recompensa.</p>				
<p>Casamento. Capacidade para o casamento. Celebração e provas. Celebração do casamento. Assento do casamento. Casamento nuncupativo. Casamento por procuração. Provas do casamento. Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Direito de representação.</p>				
<p>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.</p>				
<p>Ponto 04: Os bens. Prestações, títulos e direitos. Classificação dos bens. Benfeitorias.</p>				
<p>Consequências da inexecução das obrigações. Mora e inadimplemento. Juros legais e constitucionais. Juros moratórios e compensatórios. Perdas e danos. Danos emergentes. Lucros cessantes.</p>				

Do enriquecimento sem causa.				
Locação. Lei nº 8.245/1991 e Lei nº 12.112/2009.				
Condomínio.				
Usucapião especial rural.				
Pessoas jurídicas: Domicílio e Registro civil.				
Casamento. Efeitos jurídicos do casamento em geral. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens entre os cônjuges: conceito, natureza jurídica, características. Pacto antenupcial. Doações antenupciais.				
Bem de família legal e convencional.				
Formas de testamentos. Invalidade dos testamentos. Disposições testamentárias.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 05: Aquisição, modificação e extinção dos direitos.				
Ato jurídico. Negócio jurídico. Classificação, elementos e interpretação dos negócios jurídicos.				
Cláusula penal.				
Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Cessão de débito. Cessão de contrato. Representação.				

Transação. Compromisso. Cartão de crédito.				
Servidão.				
Usufruto.				
Uso e habitação.				
Registro de títulos e documentos.				
Das Associações. Das fundações. Da sociedade. Do estabelecimento				
Dos Institutos Complementares.				
Regime de bens entre os cônjuges. Regime da comunhão universal. Regime da comunhão parcial. Regime da comunhão parcial dos aquestos. Regime da separação de bens: separação convencional e separação legal. Separação judicial e separação de fato. Separação judicial consensual. Separação judicial litigiosa. Separação de fato. Efeitos. Disposições conjuntas e direito de acrescer.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 06: Elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo. Assunção de dívida.				

Empréstimo.				
Direitos reais de garantia.				
Penhor e hipoteca.				
Registro de imóveis.				
Divórcio: conceito e natureza jurídica. Formas de divórcio. Conversão da separação judicial em divórcio. EC nº 66/2010.				
Sucessão testamentária. Cláusulas restritivas.				
Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998): obras intelectuais.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 07: Posse. Classificação e desdobramento da posse. Modos de aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Composse.				
Defeitos do negócio jurídico: erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação, reserva mental e fraude contra credores.				
Mandato.				
União estável: Leis nº 8.971/1994 e nº 9.278/1996. Conceito. Características. Efeitos. Dissolução. Concubinato impuro.				

Relações de parentesco: conceito, espécies, linhas e graus. Efeitos legais.				
Legados. Aquisição e efeitos dos legados. Substituições. Fideicomisso.				
Direitos autorais: direito do autor.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 08: Inexistência, invalidade e ineficácia dos negócios jurídicos.				
Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998): contratos de direitos autorais; utilização de obras intelectuais e dos fonogramas.				
Do Estatuto da Terra.				
Do parcelamento do solo.				
Contrato de transporte.				
Ato ilícito.				
Responsabilidade civil.				
Filiação: filiação nas relações matrimoniais. Filiação nas relações extramatrimoniais. Investigação de paternidade (Lei nº 8.560/1992).				
Adoção: conceito. Adoção no novo Código Civil.				
Deserdação.				
Revogação do testamento. Caducidade do testamento				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				

Ponto 09: Registros públicos. Finalidade. Efeitos do registro público. Lei nº13.484/2017.				
Seguro.				
Atos unilaterais: promessa de recompensa e gestão de negócios.				
Poder familiar e tutela. Exercício do poder familiar. Efeitos do poder familiar. Suspensão e extinção do poder familiar.				
Tutela. Efeitos da tutela.				
Curatela e ausência: curatela. Noções gerais. Espécies de curatela.				
Estatuto da Pessoa com Deficiência.				
Tomada de Decisão Apoiada.				
Cessão de herança.				
Redução das disposições testamentárias.				
Revogação de testamento. Rompimento do testamento. Do testamento.				
Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998): direitos conexos.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 10: Prescrição e decadência.				

Fiança.				
Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa.				
Alimentos. Prestação alimentícia: conceito, natureza jurídica, características e pressupostos. Alimentos gravídicos. Alimentos provisionais: provisórios e definitivos (Lei nº 5.478/1968). Alimentos: revisão.				
Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colaço. Partilha. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação da partilha.				
Direito de vizinhança.				
Usucapião especial urbano.				
Direitos autorais (Lei nº 9.610/1998): as sanções civis às violações dos direitos autorais.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Bibliografia adotada: CENEVIVA, Walter. Lei de Registros Públicos Comentada, 20ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2010. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol. I (Parte Geral), 15ª ed. (2017); vol. II (Teoria Geral das Obrigações), 15ª ed. (2018); vol. III (Contratos e Atos Unilaterais), 14ª ed. (2017); vol. IV (Responsabilidade Civil), 12ª ed.(2017); vol. V (Direito das Coisas), 15ª ed.(2017); vol. VI (Direito de Família), 14ª ed.(2017); vol. VII (Direito das Sucessões), 11ª ed. (2017), S. Paulo: Saraiva.				

<p>TARTUCE, Flávio, Direito Civil - Lei De Introdução E Parte Geral – Vol. 1 – 14ª Ed. 2018; Direito Civil - Direito Das Obrigações E Responsabilidade Civil - Vol. 2 – 13ª Ed. 2018; Direito Civil - Teoria Geral Dos Contratos E Contratos Em Espécie – Vol. 3 – 13ª Ed. 2018; Direito Civil - Direitos Das Coisas – Vol. 4 – 10ª Ed. 2018; Direito Civil - Direito De Família – Vol. 5- 13ª Ed. 2018; Direito Civil - Direito Das Sucessões - Vol. 6 - 11ª Ed. 2018.</p> <p>PAMPLONA FILHO, Rodolfo/ GAGLIANO, Pablo Stolze - Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1 - 19ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Obrigações - Vol. 2 - 18ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 15ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Contratos Teoria Geral - Vol. 4 - Tomo I - 13ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Contratos Em Espécie - Vol. 4 - Tomo II - 10ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Direito de Família - Vol. 6 - 7ª Ed. 2017; Novo Curso de Direito Civil - Direito Das Sucessões - Vol. 7 - 4ª Ed. 2017.</p>				
---	--	--	--	--

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
<p>Ponto 01:</p> <p>Teoria Geral do Processo: Lei processual. Eficácia, Fontes e Interpretação das leis processuais.</p> <p>Princípios informativos do Direito Processual.</p> <p>Princípios Constitucionais do Processo.</p> <p>Jurisdição, processo e ação.</p>				
<p>Jurisdição, processo e ação.</p>				
<p>Procedimento ordinário: Petição inicial.</p> <p>Pedido.</p> <p>Citação.</p> <p>Resposta do Réu e Revelia.</p> <p>Juízo de admissibilidade da petição inicial.</p>				

<p>Antecipação da tutela. Pedido incidental de declaração. Justiça gratuita. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.</p>				
<p>Ponto 02: As partes: capacidade, deveres, responsabilidade, substituição de parte e substituição processual, capacidade processual, curatela especial. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros: Assistência, Oposição, Nomeação à autoria, Denúnciação da lide e Chamamento ao processo. Provas. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.</p>				
<p>Ponto 03: O Ministério Público no Processo Civil: conceito, funções e legitimações, posições, poderes, deveres e responsabilidades, impedimento e suspeição e conflitos de atribuições.</p>				
<p>Processo cautelar: noções gerais, requisitos específicos da tutela jurisdicional cautelar, poder geral de cautela, relação processual cautelar, procedimento, fungibilidade, eficácia da medida cautelar, extinção da medida cautelar, modificação e revogação da medida cautelar, recursos do processo cautelar e responsabilidade civil decorrente da medida cautelar. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.</p>				
<p>Ponto 04: Os Procuradores das partes: Capacidade postulatória, mandato judicial, direitos e deveres.</p>				
<p>O Juiz: investidura, garantias, organização judiciária, poderes, deveres, responsabilidade, impedimento e suspeição, atos do juiz. Competência.</p>				

Das ações cautelares em espécie.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 05: Atos processuais: Da forma. Do tempo e do lugar. Dos prazos. Das comunicações dos atos. Das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Impugnação do valor da causa.				
Formação, Suspensão e Extinção do processo. Mandado de Segurança.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 06: Processo de conhecimento: processo e procedimento. Procedimento comum.				
Competência Interna e Externa. Modificação de competência. Conflito de competência.				
Incidente de falsidade documental. Exibição de documento ou coisa.				
Reconhecimento jurídico do pedido.				
Providências preliminares e Julgamento.				
Audiência de instrução e julgamento.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 07: Sentença e Coisa julgada.				
Recursos: Princípios, Admissibilidade e Efeitos. Apelação. Agravos. Embargos infringentes e Embargos de declaração.				

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça: Ordinário, Extraordinário e Especial.				
O processo nos tribunais.				
Ação rescisória.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 08: Execução: Da liquidação da sentença. Do cumprimento da sentença. Da Execução em Geral. Da execução da prestação alimentícia, dos embargos do devedor, da exceção de preexecutividade, da remissão, da suspensão, da prescrição e da extinção do processo de execução.				
Mandado de Injunção.				
Habeas Data.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 09: Ação de usucapião.				
Inventário e partilha.				
Sucessão.				
Ação de Prestação de Contas.				
Ação de divisão e demarcação de terras públicas.				
Ação de nunciação de obra nova.				
Ações Possessórias.				

Ação de Embargos de Terceiro.				
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.				
<p>Ponto 10:</p> <p>Alienações judiciais. Separação consensual. Testamentos e codicilos. Da herança jacente. Bens dos ausentes. Coisas vagas. Curatela dos Interditos. Tutela. Lei nº 5.478/68. Lei nº 6.515/1977. Lei nº 8.560/1992. Da execução contra a Fazenda Pública. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.</p>				
<p>Bibliografia adotada:</p> <p>DIDIER, Fredie Jr. Curso de Direito Processual Civil - Editora JusPODIVM, (2018) - 20ª edição revista, ampliada e atualizada. MARINONI, Luiz Guilherme et ARENHART, Sérgio Cruz et MITIDIERO, Daniel: Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil - 3ª Ed., 2017. Editora Revista dos Tribunais. WANBIER, Teresa Arruda Alvim; MELLO, Rogério Licastro Torres de. Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil Artigo por Artigo. 2. ed. 2016.</p>				

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
<p>Ponto 1:</p> <p>Interpretação, aplicação e eficácia da tutela jurídica de direitos ou interesses transindividuais.</p>				

Direitos ou interesses transindividuais difusos, coletivos, individuais homogêneos. Princípios informadores do sistema de defesa de direitos ou interesses transindividuais brasileiro.				
Tutela do direito à saúde. Lei do Sistema Único de Saúde (Lei Federal nº 8.080/90). Leis 8.142/1990, 8212/1991, 8213/1991 e 8742/1993. Direito à saúde de grupos sociais vulneráveis: pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, idosos, vítimas de violência sexual e familiar, pessoas privadas de liberdade, indígenas. Saúde do trabalhador.				
Tutela dos Direitos assistenciais das pessoas privadas de liberdade. (Lei Federal nº 7.210/84).				
Ponto 2: Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e defesa de direitos ou interesses transindividuais com o advento do Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).				
Unidade do Ministério Público e defesa dos direitos ou interesses transindividuais.				
Outros mecanismos do sistema de tutela jurisdicional coletiva brasileiro.				
Infância e juventude: os direitos e interesses da criança e do adolescente e sua defesa em juízo (Lei 8.069/90).				
Ponto 3: Legitimação e legitimidade para agir (ordinária e extraordinária, ativa e passiva) e interesse processual.				
Conexão, continência e litispendência.				
Competência.				
Litisconsórcio e assistência.				
Desistência e renúncia.				

Impedimento e suspeição.				
Liminares e recursos.				
Multas.				
Fundações, associações e entidades de interesse social.				
Proteção e Direitos das Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais (Lei nº 10.216/2001).				
Ponto 4: Coisa julgada.				
Fundo para reconstituir o bem lesado. Reparação das lesões individuais.				
Liquidação, cumprimento da sentença e execução.				
Custas e demais encargos da sucumbência.				
Avaliação dos danos.				
Responsabilidade e culpa. Responsabilidade estatal. Responsabilidade dos agentes públicos.				
Tutela coletiva do direito à educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE). Lei Nº 9.424/96 (Lei do Fundef). Regulamentação e controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Jurisprudência dominante do STF.				
Ponto 5: Ações principais e cautelares e ações individuais. Tutela inibitória e direitos ou interesses transindividuais. Ações declaratórias e constitutivas.				

Inquérito civil público. Tramitação do inquérito civil. Promoção e efeitos do arquivamento do inquérito civil público.				
Transação e termo de ajustamento de conduta.				
Notificações, requisições e dever de informação.				
Definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346/2006).				
Ponto 6: Defesa do consumidor: Princípios constitucionais de proteção ao consumidor.				
O código de defesa do consumidor: princípios e direitos básicos do consumidor.				
A relação jurídica de consumo.				
Qualidade e segurança dos produtos e serviços.				
O recall.				
Teoria do risco e responsabilidade civil objetiva.				
Vício e defeito. Vícios dos produtos. Vícios dos serviços.				
O fato do produto. O fato do serviço.				
Danos morais, patrimoniais, estéticos e à imagem e critérios para fixação da indenização correspondente.				
Serviços de reparação.				
Garantia.				
Prazos para reclamar, decadência e prescrição.				

Oferta.				
Publicidade.				
Prova.				
Ponto 7: Defesa do consumidor: Práticas abusivas.				
Orçamento.				
Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastro: Serviços de proteção ao crédito.				
Proteção contratual. Formas de contratação. Contratos de adesão. Teoria da transparência. Compras fora do estabelecimento.				
Cláusulas abusivas.				
Empréstimos e financiamentos. Compras e vendas com pagamentos mediante prestações.				
Mecanismos, procedimentos e aspectos processuais de defesa do consumidor em juízo.				
Direitos das pessoas portadoras de deficiência e sua defesa em juízo (Lei nº 7.853/1989).				
Ponto 8: Defesa do meio ambiente.				
Política Nacional do meio ambiente.				
Conceito e classificações contemporâneas de meio ambiente e bens ambientais.				
Princípios do direito ambiental.				
Competência em matéria ambiental.				

Licenciamento ambiental e estudo prévio de impacto ambiental.				
Zoneamento ambiental e espaços especialmente protegidos.				
Zoneamento industrial e parcelamento do solo.				
Flora e fauna e aspectos de defesa.				
Recursos hídricos.				
Poluição sonora, visual, atmosférica e por resíduos sólidos.				
Desenvolvimento, sustentabilidade e Estado de Direito Democrático.				
Auditoria ambiental.				
Crimes contra o meio ambiente.				
Mecanismos, procedimentos e aspectos processuais de defesa do meio ambiente em juízo.				
Ponto 9: A Defesa dos Patrimônios Público e Social.				
Princípios constitucionais da Administração Pública.				
Papel do Tribunal de Contas. Objeto.				
Atos de improbidade.				
Responsabilidade por culpa.				
Prejuízo.				
Crimes contra a Administração Pública. Sanções.				
A ação de improbidade administrativa. Competência. Prescrição.				

Mecanismos, procedimentos administrativo e judicial.				
Aspectos processuais de defesa judicial da moralidade administrativa (Leis nº 8.429/92 e 7.347/85).				
Ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários (Lei nº 7.913/1989).				
Ponto 10: Patrimônio Cultural. Tutela jurídica do Patrimônio Histórico e Cultural. Tombamento. Inventário. EIV. Lista Indicativa.				
UNESCO. IPHAN.				
Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.				
Legislação específica: Lei Federal nº 6.766/79 (Parcelamento do Solo). Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). Lei Federal nº 11.977/2009 (Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas). Lei Federal nº 11.888/2008 (assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social). Lei Federal nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole).				
Investidores no mercado de valores mobiliários.				
Defesa da Ordem Econômica e da economia popular.				
Defesa da ordem urbanística: eficácia e efetividade da Lei nº 10.257/01.				
Os direitos das pessoas idosas, grupos étnicos, minorias, mulheres, contribuintes e quaisquer interesses transindividuais e sua defesa em				

<p>juízo (Lei nº 10.741/03; Lei nº 12.288/10; Lei nº 11.340/06; Lei nº 8.884/94).</p>				
<p>Bibliografia adotada:</p> <p>MAZZILLI, Hugo Nigro, A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo – Meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 30ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>DIDIER JR., Fredie, et al., Curso de Direito Processual Civil - Processo Coletivo. (Vol. 4, 12ª ed.), Salvador: Jus Podivm, 2018.</p> <p>MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação Civil Pública. 14ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 25ª Edição, 2017. Editora Malheiros, São Paulo.</p> <p>FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental: Aspectos teóricos e práticos – 6. ed. – Belo Horizonte: Fórum, 2017.</p> <p>GARCIA, Emerson et ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 9ª ed., Rio de Janeiro: Lúmen Júris (e-book), 2017.</p> <p>PAZZAGLINI FILHO, Marino. Lei de Improbidade Administrativa Comentada. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>GUGEL, Maria Aparecida et MAIO, Iadya Gama, Pessoas Idosas no Brasil – Uma Abordagem sobre seus Direitos, Brasília: Ed. Atenas - AMPID, 2009; GREMAUD, Amaury Patrick, e outros - ABMP – Todos Pela Educação (Organizadores). Justiça pela Qualidade na Educação, 1ª Edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2013.</p> <p>PINHEIRO, Naide Maria et RIBEIRO, Gabrielle Carvalho. Estatuto do Idoso Comentado, 4ª ed.; Campinas: Servanda, 2016.</p> <p>GUGEL, Maria Aparecida; MACIEIRA, Waldir et RIBEIRO, Lauro. Deficiência no Brasil – Uma Abordagem Integral, 1ª ed., Santa Catarina: Obra Jurídica, 2009.</p> <p>ROSSATO, Luciano Alves et LÉPORE, Paulo Eduardo et CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90 – Comentado artigo por artigo - 10ª Edição, Editora Saraiva, 2018.</p> <p>PAES, José Eduardo Sabo. Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social, 9ª ed.; Rio de Janeiro: Forense, 2017.</p>				

RIZZATTO NUNES, Luis Antônio. Curso de Direito do Consumidor. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.				
SILVA, Júlio Cesar Ballerini. Direito à Saúde – Aspectos Práticos e Doutrinários no Direito Público e no Direito Privado, 1ª ed., São Paulo: Habermann, 2009.				

DIREITO TRIBUTÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Ponto 01: Tributos: Conceito e Classificação. Tributos do Sistema Tributário Nacional. Princípios do Direito Tributário.				
Limitações constitucionais ao Poder de Tributar				
Dos impostos da União. Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal. Dos Impostos dos Municípios.				
Da repartição das receitas tributárias.				
Ponto 02: Fontes do Direito Tributário. Obrigação tributária: sujeito ativo e passivo e fato gerador.				
Ponto 03: Crédito tributário: constituição, suspensão de exigibilidade, exclusão e modalidades de extinção. Decadência e prescrição.				
Ponto 04: Processo tributário: administrativo e judicial.				
Ponto 05: Ilícito tributário.				

<p>Bibliografia adotada:</p> <p>MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário, 38ª ed., São Paulo: Malheiros, 2017.</p> <p>AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro, 22ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>PAULSEN, Leandro. Direito Tributário – Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência, 18ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.</p>				
--	--	--	--	--

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
<p>Ponto 01:</p> <p>Direito administrativo. Conceito. Fontes. Origens históricas. Direito Administrativo e os demais ramos do Direito.</p>				
<p>Função administrativa: conceito e distinção das demais funções estatais.</p>				
<p>O regime jurídico administrativo e o interesse público. Regime jurídico administrativo. Aplicação do regime jurídico administrativo a entidades da Administração Indireta, entidades de colaboração e particulares.</p>				
<p>Manifestações do exercício de poder na função administrativa (“poderes da Administração”).</p>				
<p>Ponto 02:</p> <p>A Constituição Federal e os princípios da Administração Pública.</p>				
<p>Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência.</p>				
<p>Interpretação do direito administrativo.</p>				
<p>Organização administrativa: desconcentração e descentralização. Órgãos administrativos.</p>				
<p>Administração indireta.</p>				

Tutela dos entes da Administração Indireta.				
Entidades de colaboração e seu regime jurídico.				
Lei das estatais (Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016).				
<p>Ponto 03:</p> <p>Agentes públicos: Classificação.</p> <p>Cargo, emprego e função pública. Direito de Greve. Regime constitucional dos servidores públicos. Regime previdenciário. Responsabilidade do servidor público. Legislação estadual sobre servidores públicos. Legislação estadual sobre regime de previdência dos servidores públicos. Ato administrativo: caracterização. Fato administrativo. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Atributos do ato administrativo. Elementos. Vícios. Discricionariedade e vinculação na produção dos atos administrativos. Principais espécies. Formas de extinção. Convalidação. Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos.</p>				
Cargo, emprego e função pública.				
Direito de Greve.				
Regime constitucional dos servidores públicos. Regime previdenciário.				
Responsabilidade do servidor público.				
Legislação estadual sobre regime de previdência dos servidores públicos.				
Ato administrativo: caracterização. Fato administrativo. Perfeição, validade e eficácia do ato administrativo. Atributos do ato administrativo. Elementos. Vícios.				

<p>Discricionariedade e vinculação na produção dos atos administrativos.</p> <p>Principais espécies.</p> <p>Formas de extinção.</p> <p>Convalidação.</p> <p>Controle de mérito e de legalidade dos atos administrativos.</p>				
<p>Ponto 04:</p> <p>Processo administrativo: Objetivos.</p> <p>Princípios.</p> <p>Fases.</p> <p>Espécies.</p> <p>Instância administrativa.</p> <p>Representação e reclamação administrativas.</p> <p>Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio.</p> <p>Prescrição administrativa.</p> <p>Processos disciplinares.</p>				
<p>Ponto 05:</p> <p>Poder de polícia administrativa.</p> <p>Caracterização.</p> <p>Atributos.</p> <p>Manifestações do poder de polícia.</p> <p>Princípios limitadores do poder de polícia.</p> <p>Abuso de autoridade.</p>				
<p>Sistemas de controle da administração pública.</p> <p>Controle administrativo, controle legislativo, controle judiciário.</p>				
<p>Improbidade Administrativa.</p>				
<p>Acesso à informação pública pelo cidadão.</p> <p>Combate à corrupção na Administração Pública.</p> <p>Lei Federal nº 12.527/2011.</p> <p>Lei Federal nº 12.846/2013.</p>				
<p>Ponto 06:</p> <p>Bens públicos.</p>				

Conceito. Classificação. Regime jurídico. Alienação. Uso dos bens públicos pelos particulares. Tratamento do tema no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001).				
Restrições ao direito de propriedade. Função social da propriedade.				
Tombamento.				
Servidão.				
Desapropriação. Requisitos. Bens suscetíveis. Espécies previstas no ordenamento. Procedimentos. Meios de defesa do expropriado. Caducidade da desapropriação. Imissão na posse. Destino dos bens desapropriados. Retrocessão.				
Ponto 07: Licitação: princípios, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade, procedimentos e modalidades. A Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.				
Pregão e pregão eletrônico (Lei Federal nº 10.520/2002 e regulamentos).				
Contratos Administrativos. Parcerias público-privadas. Convênios. Consórcios Públicos.				

Organizações Sociais, OSCIPs.				
Lei Federal 13.019, de 31 de julho de 2014 (regime jurídico das parcerias voluntárias).				
Legislação estadual sobre contratações.				
<p>Ponto 08:</p> <p>Serviço público.</p> <p>Conceito.</p> <p>Classificação.</p> <p>Princípios.</p> <p>Formas de delegação de serviço público.</p> <p>Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público.</p> <p>Extinção, reversão dos bens.</p> <p>Direitos dos usuários de serviço público.</p>				
<p>Ponto 09:</p> <p>Intervenção do Estado no domínio econômico.</p> <p>Exercício de atividade econômica pelo Estado.</p> <p>Regulação</p>				
<p>Ponto 10:</p> <p>Responsabilidade extracontratual do Estado.</p> <p>Caracterização.</p> <p>Causas de exclusão e mitigação.</p> <p>Teorias sobre a responsabilidade estatal.</p> <p>Responsabilidades dos contratados e delegatários de serviços públicos.</p> <p>Procedimento administrativo e judicial.</p> <p>Direito de regresso.</p>				
<p>Ponto 11:</p> <p>Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração.</p>				
<p>Bibliografia adotada:</p> <p>CARVALHO FILHO, José dos Santos, Manual de Direito Administrativo, 32ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.</p>				

<p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, 31ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.</p> <p>GARCIA, Emerson, et ALVES, Rogério Pacheco, Improbidade Administrativa, 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 43ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2018</p>				
--	--	--	--	--

DIREITO ELEITORAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
<p>Ponto 01:</p> <p>O Ministério Público no Direito Eleitoral: princípios institucionais, prerrogativas, designação dos Promotores Eleitorais.</p> <p>Organização e atribuições.</p> <p>Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.</p> <p>Legitimidade.</p> <p>Funções.</p> <p>Conflito de atribuições.</p> <p>Impedimentos do Promotor Eleitoral.</p> <p>Regime disciplinar dos Promotores Eleitorais.</p> <p>Polícia Judiciária Eleitoral.</p> <p>Crimes eleitorais.</p> <p>Classificação dos crimes.</p> <p>Processo Penal Eleitoral.</p> <p>Ação Penal Eleitoral: Competência, Rito processual e prazos. Recursos criminais.</p> <p>Multas eleitorais: cominação, aplicação e execução. Medidas administrativas e judiciais.</p>				
<p>Ponto 02:</p> <p>Direitos políticos: aquisição, perda e suspensão.</p>				
<p>Sufrágio.</p>				

A liberdade do voto. Eleição, plebiscito e referendo: características essenciais e fiscalização.				
Sistema majoritário e proporcional. Quociente eleitoral e partidário. Votos válidos.				
Justiça Eleitoral: órgãos, competência, composição e hierarquia. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta e poder normativo. Tribunais Regionais Eleitorais. Juízes Eleitorais. Juntas eleitorais. Servidores da Justiça Eleitoral.				
Circunscrições, Zonas e Seções eleitorais. Fiscalização perante as mesas receptoras e as juntas eleitorais.				
Legislação Eleitoral: princípios, forma e competência legislativa. Código Eleitoral, Lei Complementar n°. 64/1990, Lei n°. 9.504/1997, Lei Complementar n° 135/2010 e Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Disposições gerais e transitórias do Código Eleitoral. Jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal.				
Ponto 03: O procedimento eletivo e suas diferentes fases. Normas de regência: constitucionais, legais e regulamentares.				
Alistamento Eleitoral e seu processamento: atos e efeitos da inscrição; segunda via; transferência. Alistamento obrigatório e facultativo. Alistáveis e inalistáveis. Fiscalização e encerramento do processo de alistamento.				
Cancelamento e exclusão do eleitor.				
Domicílio Eleitoral.				

Registro de candidatos: convenção partidária, processo, ação de impugnação, cancelamento e substituição de candidato. Elegibilidade, inelegibilidades e incompatibilidades.				
Organização do eleitorado.				
Votação.				
Poder de Polícia durante os trabalhos eleitorais. Atuação da Força Pública. Incidentes, impugnações e recursos relativos ao voto.				
Apuração. Urnas eletrônicas. Sistema informatizado de votação eletrônica. Sistema tradicional: votação manual e apuração de votos. Transporte de eleitores.				
Nulidades no procedimento eletivo. Nulidades da votação.				
Apuração nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior Eleitoral.				
Voto no Exterior.				
Proclamação dos resultados e diplomação dos eleitos.				
Ponto 04: Garantias Eleitorais: definição e espécies.				
Partidos políticos: normas de regência, organização, funcionamento, direitos e deveres. Lei dos Partidos Políticos.				
Propaganda eleitoral, política e partidária.				
Direito de resposta.				
Pesquisas Eleitorais.				
Utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social.				

Filiação partidária. Fidelidade partidária.				
Aplicação de recursos nas campanhas eleitorais e prestação de contas.				
Ponto 05: Recursos eleitorais. Normatização constitucional, espécies, prazos, competência, legitimidade, processamento e preclusão. Recurso contra a diplomação. Recursos no Tribunal Superior. Recursos previstos no Código Eleitoral.				
Investigação Judicial Eleitoral. Representação eleitoral (art. 96, da Lei nº. 9.504/1997). Abuso do poder nas eleições, corrupção e fraude. Caracterização e meios de coibição do abuso de poder nas eleições. Uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Captação ilícita de votos. Atos de improbidade administrativa. Ação de impugnação de mandato eletivo. Perda do mandato eletivo.				
Bibliografia adotada: RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018. LENZA, Pedro. Direito Eleitoral Esquemático. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. COSTA, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 10ª Ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016. COSTA, Tito. Recursos em Matéria Eleitoral. 10ª Ed. São Paulo: Letras Jurídicas, 2015.				

MEDICINA LEGAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Ponto 01: Traumatologia médico-legal: energias de ordem mecânica, energias de ordem física, energias de ordem química, energias de ordem físico-química, energias de ordem biodinâmica, energias de ordem mista, lesões corporais e suas espécies.				
Ponto 02: Periclitacão da vida e da saúde.				
Ponto 03: Tanatologia médico-legal: conceito, causa jurídica da morte, diagnose da morte, fenômenos abióticos, fenômenos transformativos, estimativa do tempo de morte, lesões in vitam e post mortem, comoriência e premoriência.				
Ponto 04: Gravidez, parto e puerpério. Aborto legal e aborto criminoso. Infanticídio.				
Ponto 05: Embriaguez alcoólica.				
Bibliografia adotada: FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. HÉRCULES, Hygino de Carvalho. Medicina Legal: texto e atlas. 2. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.				

DIREITO EMPRESARIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
Ponto 01: Teoria dos atos do comércio. Teoria da empresa. Sociedades limitadas. Pedido de falência. Impontualidade dos atos de falência.				
Ponto 02: Empresário individual. Contrato de arrendamento mercantil (leasing). Contrato de alienação fiduciária em garantia. Estabelecimento empresarial. Sociedades anônimas. Ministério Público no processo de insolvência empresarial (falências e recuperação de empresas). Sentença de falência.				
Ponto 03: Letra de câmbio. Nota promissória. Responsabilidade do administrador da sociedade limitada e sociedade anônima. Contrato de faturização (factoring). Contrato de desconto bancário. Contrato de abertura de crédito em conta corrente. Habilitação, verificação e classificação de crédito na falência.				
Ponto 04: Protesto. Ações cambiais. Ação de locupletamento. Títulos de crédito virtuais. Sistema de infraestrutura de chaves públicas – ICP Brasil. Direito de retirada.				

<p>Exclusão de sócio. Apuração de haveres. Contrato de cartão de crédito. Efeitos da falência quanto à pessoa do falido. Agentes da falência: Ministério Público. Juízo. Administrador. Credores e Assembleia de Credores.</p>				
<p>Ponto 05: Teoria geral dos títulos de crédito. Sociedades controladoras e controladas (holdings). Sociedades coligadas. Grupos de sociedades. Consórcios de sociedades. Sociedade de propósito específico. Sociedade Off Shores. Efeitos da falência em relação aos bens do falido. Pedido de restituição. Embargos de terceiros.</p>				
<p>Ponto 06: Princípios e atributos de direito cambiário. Interesses transindividuais societários. Efeitos da falência quanto aos contratos do falido. R.A.E.T. – Regime de Administração Especial Temporária. Intervenção e liquidação extrajudicial.</p>				
<p>Ponto 07: Sociedades simples e empresariais. Sociedades cooperativas. Sistema nacional de registro das sociedades. Juntas comerciais e registros civis de pessoas jurídicas. Sociedades limitadas. Desconsideração da personalidade jurídica. Ação revocatória. Inquérito civil.</p>				

Apuração dos crimes falimentares e de recuperação de empresas: formas de investigação e procedimento judicial.				
<p>Ponto 08:</p> <p>Teoria geral do direito societário. Sociedade em conta de participação. Sociedade comum. Função social da empresa. Governança corporativa e poupança popular. Sociedades anônimas. Realização de ativo e liquidação do passivo na falência. Sentença de encerramento e sentença de reabilitação na falência.</p>				
<p>Ponto 09:</p> <p>Cheque. Duplicata. Cédula de crédito bancário. Recuperação de empresas. Incorporação, fusão, cisão e transformação de sociedades.</p>				
<p>Ponto 10:</p> <p>Contrato de trespasse de estabelecimento empresarial. Contrato de franquia empresarial. Endosso. Aceite. Aval. Concorrência e controle.</p>				
<p>Bibliografia adotada:</p> <p>COELHO, Fabio Ulhôa. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. v. 1, 21ª Ed, 2017; v. 2, 20ª Ed., 2016 e v. 3, 17ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de Recuperação de Empresas e Falência Comentada. 12. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.</p>				

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
Ponto 01: Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Disposições Gerais. Da Organização do Ministério Público. Dos Órgãos de Administração. Das Funções dos Órgãos de Execução. Dos Órgãos Auxiliares. Das Garantias e Prerrogativas dos Membros do Ministério Público. Demais aspectos da Lei 8.625/93 e suas alterações posteriores.				
Ponto 02: Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Paraíba. Disposições Gerais. Da organização do Ministério Público. Dos Órgãos da Administração Superior. Dos Órgãos de Administração. Dos Órgãos de Execução. Dos Órgãos Auxiliares. Das Funções dos Órgãos de Execução. Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público. Demais Aspectos da Lei Complementar nº 97/2010 e suas alterações posteriores.				

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	RI	LEI	R II
Ponto 01: Lei Complementar Estadual nº 96, de 03 de dezembro de 2010 e suas alterações (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba). Da Organização Judiciária. Do Tribunal de Justiça. Do Tribunal do Júri. Do Juiz de Direito e do Juiz Substituto. Da Justiça Militar. Dos Juizados Especiais. Da Justiça de Paz. Dos Serviços Auxiliares da Justiça.				
Ponto 02: Da Divisão Judiciária. Das Circunscrições Judiciárias, Comarcas e Comarcas Integradas. Da Criação, Instalação, Reclassificação e				

Extinção de Comarca e Outras Unidades Judiciárias. Da Região Metropolitana. Das Disposições Finais e Transitórias.				
--	--	--	--	--

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	D	R I	LEI	R II
Ponto 01: Interpretação de texto.				
Ponto 02: Ortografia.				
Ponto 03: Acentuação, Crase e Pontuação.				
Ponto 04: Sintaxe de Concordância Verbal e Nominal.				
Ponto 05: Vícios e Figuras de Linguagem.				
Bibliografia adotada: BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa - Atualizada Pelo Novo Acordo Ortográfico, 38ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.				